

FORMAÇÃO CONTINUADA NA ONHB: ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

AUGUSTO RIDSON DE ARAÚJO MIRANDA

Mestrando em Educação-UECE

SÔNIA MARIA SOARES DE OLIVEIRA

Mestranda em Educação-UECE

Onhb: uma competição escolar para formar estudantes e professores

Os eventos competitivos em História no Brasil são ainda bem recentes. A maioria destes, de forma parcamente divulgada, são fruto de experiências pontuais de instituições escolares que visam estimular o estudo sobre a disciplina escolar histórica, por meio de gincanas e desafios que mais visam o aspecto conteudista, em detrimento de um pensamento histórico mais aprofundado. Este panorama começou a ser rompido com a Olimpíada Nacional em História do Brasil (doravante ONHB)¹ em sua primeira edição, em 2009, criado para se contrapor a uma cultura cristalizada na educação brasileira de representação de um distanciamento entre as ciências humanas e a aprendizagem prática, consolidada pela pouca divulgação científica desta área do conhecimento, e desde então é referência nacional nas competições escolares sobre História por suas especificidades técnicas, metodológicas e seus norteamentos teóricos que vislumbram a possibilidade de ser explorados por educadores da área de História no contexto brasileiro. A metodologia da ONHB consiste na resolução de atividades objetivas no sistema de múltipla escolha e desafios cognitivos escritos, a fim de promover o contato de alunos das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio no Brasil com fontes históricas e metodologias de trabalho do historiador.

¹ Seu nome é sugestivo: “Olimpíada Nacional em História do Brasil, já que é a única de alcance nacional até o presente momento no país acerca desta disciplina e privilegia temáticas acerca da História do Brasil sem desarticulá-la às conjunturas internacionais.

Vinculada inicialmente ao Museu Exploratório de Ciências (pertencente à UNICAMP entre o ano inicial e 2012, mas que a partir de 2013 se estabeleceu autonomamente), enquanto a ONHB esteve vinculada ao referido museu, cujo espaço físico, endereço eletrônico e recursos financeiros são destinados a projetos educativos voltados ao público escolar nacional, se utilizou destes recursos para promover, desde o seu início, uma experiência nacional tomando como ponto de partida tópicos em História do Brasil. Já consolidada, em 2013 se vincula exclusivamente ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas dessa universidade, indicando assim uma autonomia institucional.

Na gênese da competição, a coordenadora-geral do evento, Cristina Meneguello (2011, p.3), nos explica outras vinculações da ONHB:

A proposta da Olimpíada foi apresentada à diretoria nacional da ANPUH sob a gestão do saudoso professor Manoel Salgado e, uma vez ali aprovada, foi encaminhada ao Edital de Olimpíadas Científicas do CNPq ainda em fins de 2008, no qual foi contemplada. Naquele momento, a equipe elaboradora da Olimpíada contava, além da equipe de docentes do Museu Exploratório de Ciências, dos historiadores Iara Lis Schiavinatto, José Alves Freitas Neto e Eliane Moura da Silva. Posteriormente esta equipe foi acrescida de um grupo de mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas [...]

Estas informações nos auxiliam a compreender o objetivo central desta olimpíada: contribuir com a divulgação científica em História (e de certa forma interdisciplinar com as demais ciências humanas) nos espaços escolares, por meio de uma competição que parte do exercício prático utilizando metodologias de análise historiográfica com o contato com textos acadêmicos, fontes históricas e o exercício da escrita da História, incidindo sobre a aprendizagem de estudantes e também sobre a formação continuada de professores.

A ONHB, na condição de uma competição escolar inserida em um histórico contexto de incentivos internacionais ao desenvolvimento profissional que remontam ao século XIX (REZENDE; OSTERMANN, 2012), se caracteriza como uma competição em larga escala e de longa duração, que se utiliza de um endereço eletrônico capaz de comportar a plataforma digital para promover suas atividades durante 5 fases não-presenciais e a última, presencial, na própria UNICAMP. Não existe, a exemplo de outras experiências competitivas no mesmo alcance, etapas classificatórias regionais. É também diferenciada da maioria das competições por ser realizada em equipes e por meio de instrumentos de verificação cognitiva em mais de um momento, tendo suas fases a duração de 6 dias, característica justificada “pela natureza do exercício historiográfico, de análise cautelosa e criteriosa”. (MENEGUELLO, 2011).

A competição científica também se diferencia por suas formas de verificação do conhecimento discente (o que, de certa forma, angaria ao docente um aprendizado sobre outras formas de avaliar o trabalho realizado com seus estudantes); alterna “tarefas de envio” de natureza variada (organização de documentos, análise de imagens e feitura de um jornal sobre História Local) com resolução de itens de múltipla resposta cujas alternativas correspondem a diferentes níveis de compreensão histórica acerca das fontes analisadas. A ONHB considera que a alternativa de nível descritivo corresponderia a “1” ponto; a de nível de explicação simples corresponderia a “4” pontos; a de explicação em contexto, extrapolando as fontes fornecidas e comprovadas por pesquisas dos estudantes com outras fontes, equivalendo a “5” pontos; cabe aos estudantes evitar assinalar a alternativa que indica anacronismo ou incoerência analítica, sendo a alternativa de pontuação “0”. Além destes aspectos, a ONHB baseia suas estratégias de verificação do aprendizado em um sistema sem acompanhamento diretivo, mas com a possibilidade de disponibilizar fontes históricas de variadas proveniências (digitalizadas e postadas no *site* oficial ou redirecionadas

de outros *sites*), formatos (em folha digital ou em arquivos de áudio) e tipologias (cartas, recortes de jornais, exposições museológicas virtuais, documentos cartoriais, propagandas, trechos de leis e outras fontes governamentais, letras de música, poemas, artigos científicos; fontes orais variadas de áudios musicais a trechos de rádio; e fontes audiovisuais diversas, como filmes, documentários, propagandas etc., para citar alguns exemplos) como proventos de pesquisa e/ou resolução de exercícios. Desta forma, justifica-se o uso de uma plataforma virtual bastante articulada, e já que é pensada como material de pesquisa para estudantes e docentes, seus endereços eletrônicos são mantidos pela organização mesmo após o evento ser encerrado.²

Reunindo tais características, a ONHB se configura como um instrumento a ser explorado (e aprendido) pelo professor de História que deseja promover uma melhoria cognitiva nos estudantes os quais leciona, pois esta competição promove o contato com fontes históricas primárias, sejam elas de origem documental diversificada – como trechos de música, cartas, documentos cartográficos, exposições museológicas, inventários, processos-crime cartoriais, recortes de jornais – além de análises historiográficas presentes em livros e revistas especializadas, possibilitando aos estudantes do nível básico terem maior contato com o *métier* do historiador, nos dizeres de Certeau (2008), e serem levados a interpretá-los tendo como parâmetros de resposta opções com níveis diferentes de construção textual e interpretações acerca de um mesmo fato.

Ao participar da ONHB, os estudantes têm que fazer o trabalho de cruzamento de fontes, algo que desde os tempos da “Escola Metódica” oitocentista (referindo-nos à terminologia usada por Reis (2006, p. 29)) se faz necessários para cumprir o trabalho historiográfico. Os trabalhos de Schmidt; Barca (2010) e Magalhães

² Neste sentido, vale questionar o fato de apenas a 3ª ONHB, de 2011, seja a única a não ter o endereço eletrônico disponível. Apesar disto, seu conteúdo avaliativo fora transformado em documento PDF.

Junior *et al* (2011) expressamente indicam que este é um caminho válido para a promoção de melhorias cognitivas para estes estudantes, mas que apesar de ser sinalizado pela historiografia desde a primeira metade do século XX, com os estudos da Escola dos Annales, e dos estudos da segunda metade desse século, com os estudos da História Social e da História Cultural, ainda hoje é subliterado por uma prática em sala de aula e pela formação docente, mais voltada para a apropriação conteudista em larga quantidade e não pela qualidade.

A cada ano, é oferecido aos professores finalistas a oportunidade de estudos historiográficos com o núcleo docente do IFCH-História da UNICAMP. A todos os professores finalistas, é oferecida uma palestra acerca de alguma temática historiográfica ou de ensino de História atual, como a historiografia indigenista (2011); ensino de história em tempos virtuais (2012)- em destaque por ser o professor Leandro Karnal, autor e organizador de livros acerca do ensino de história;³ e em 2013. E a 37 finalistas, financiados pela competição pela pontuação das equipes até a 5ª fase, um curso semanal de 42 horas, com temáticas variadas em historiografia e passeios técnicos em museus do estado de São Paulo, em que os professores finalistas têm ainda a possibilidade de troca de experiências acadêmicas e em ensino de História. Com base neste contato com os professores finalistas e nos dados recolhidos por meio de questionários fechados obrigatoriamente preenchidos durante a 1ª fase, a proposta da ONHB ganha outros contornos a partir da edição de 2013; partindo das demandas de professores desejosos de um curso de formação continuada de largo alcance e em EaD, a ONHB teve sua primeira experiência com a temática do Ensino de História da África e Afrobrasileira, ocorrida paralela à 5ª edição e que será melhor explorada no tópico a seguir.

³ Como este: KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005.

ONHB e formação de professores: curso de Formação Continuada em História da África

■ **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA**

A Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História da África e Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares de todo país, completa uma década. A lei é fruto de muito trabalho e luta do movimento social negro ao longo da história do Brasil. Nos últimos anos tem havido um significativo crescimento dos debates acerca do Ensino de História da África e o reconhecimento das contribuições dos africanos para a formação do patrimônio histórico e cultural da humanidade e da sociedade brasileira. Dez anos após sua sanção, no entanto, o maior desafio do Estado brasileiro é a aplicação do que a lei prevê na materialidade do currículo escolar.

Para Oliva (2006) muitas ações têm sido feitas, sobretudo em relação à formação de professores, como a preparação de material didático para o tema e a oferta de cursos de formação continuada. Mesmo assim, ainda é um grande desafio, pois na realidade o que se tem observado é que muitos educadores não estão preparados para lidar com certas situações no que diz respeito a questões teórico-metodológicas que a aprovação da lei trouxe, gerando nos meios escolares e acadêmicos algumas inquietações e muitas dúvidas.

Uma década depois, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados, sobretudo no que diz respeito à formação docente para o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e africana, pois afinal essa temática foi durante muito tempo negligenciada e quando abordada, feita pelo viés eurocêntrico que transformava a África em mero apêndice da História europeia Ocidental. Sendo assim, observa-se que muitos professores não tiveram acesso a esses conteúdos em sua formação inicial e mesmo quando tiveram pre-

valeceram as imagens estereotipadas sobre o continente e acabamos por concordar com Gomes (2010, p.141) quando em seu texto pergunta e ao mesmo tempo responde: “O que vemos e pensamos quando olhamos para África? Um continente remoto, atrasado, faminto, palco de guerras tribais e origem de doenças. Essa é a ideia que se tem de África”.

O Ensino de História da África vem ganhando espaço cada vez maior como temática na educação, sobretudo no atual contexto de políticas de afirmação para a população afrodescendente desenvolvidas pelo Estado brasileiro que são na realidade, em muitos aspectos, decorrentes das reivindicações históricas das lutas do movimento negro em nossa sociedade. De acordo com Oliva (2007) até a década de 1990 a presença da História da África nos currículos escolares podia ser considerada insignificante, já que o continente africano aparecia sempre relacionado ao tráfico de escravos e aos processos históricos do Imperialismo e Colonialismo europeus.

É evidente e antigo o debate sobre o caráter eurocêntrico em que se baseia nossa educação na abordagem dos mais variados temas. De igual maneira isso se aplica a questão da História da África e Cultura Afro-brasileira e africana uma vez que essas abordagens estiveram ausentes dos processos formativos ao longo do século XX, sobretudo nas licenciaturas onde se dá por excelência a formação dos professores que atuam na educação básica. Para Souza (2012, p.18):

É nítido que nos últimos anos, a despeito das dificuldades e, em muitos casos, da falta de empenho daqueles que deveriam estar à frente dos processos de implantação da lei, os temas ligados à cultura afro-brasileira e à África ganharam espaço nas reflexões e ações dos educadores,

Pelo assinalado acima, a autora ressalta que o conhecimento dos professores acerca da História da África ainda não é satisfatório. Entendemos que isso decorre, sobretudo devido ao pouco conhecimento que os professores detêm acerca das sociedades africanas, dos seus sistemas de pensamento e dos processos históricos

por elas vividos, logo os educadores têm dificuldades em abordar temas relacionados à África bem como os que se referem à matriz cultural africana. Nesse caso, Lima (2006) chama atenção para a necessidade da redefinição do lugar ocupado pela África nos estudos históricos, e em consonância com seu pensamento o historiador e antropólogo Carlos Wandderbun (2005) argumenta ser fundamental retirar o continente africano dos espaços marcados pelas generalizações, estereótipos e vitimizações e valorizar a história da África como um universo histórico-cultural diverso e complexo. Nesse sentido é que a Olimpíada Nacional em História do Brasil-ONHB em sua 5ª edição ofereceu aos professores participantes um curso de Formação Continuada em História da África.

■ A OLIMPÍADA NACIONAL EM HISTÓRIA DO BRASIL-ONHB - E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

O ano de 2013 foi um marco simbólico no que se refere ao Ensino de História da África, nesse ano a Lei 10639/03 que instituiu a obrigatoriedade dessa temática no currículo de todas as escolas da rede pública e particular de nosso país completou uma década de existência. Nesse mesmo ano realizou-se a 5ª edição da Olimpíada Nacional em História do Brasil que em consonância com o momento histórico ofereceu aos professores participantes orientadores de equipes um curso de Formação Continuada em História da África. Tratou-se de um projeto piloto organizado pelos professores do departamento de História da Unicamp e ofertado aos professores que estavam inscritos na Olimpíada, o curso funcionou de forma paralela às atividades da ONHB, tendo carga horária de 45 horas aulas online e duração de dez semanas entre os meses de agosto e novembro, cujas atividades intercalaram atividades historiográficas. O curso culminou com a elaboração de um plano de aula acerca da temática do curso, pensada para o ensino básico.

O principal objetivo do curso era analisar a África em suas especificidades históricas e entender o continente africano a partir

de uma multiplicidade de perspectivas indo assim para além do que o senso comum veicula, e assim produzir conhecimento histórico que partisse de uma historiografia renovada sobre a temática. A forma de alcançar esses objetivos foram a utilização de materiais diversos como vídeos de especialistas no assunto, leitura de artigos científicos ou textos literários, além da análise de documentos como mapas, filmes, músicas entre outros, e ainda os recursos dos Fóruns e debates on- line seguidos da indicação bibliográfica de obras específicas sobre a temática africana.

O curso foi estruturado em três módulos distribuídos da seguinte forma:

- Módulo 1: Com duração de duas semanas este foi um módulo introdutório e teve como tema “Imagens da África” composto de quatro atividades, a saber: dois vídeos e dois artigos científicos, que se propunham a discutir como foi construído historicamente o imaginário ocidental sobre o continente africano e quais as maneiras de se desconstruir isso em sala de aula;
- b) Módulo 2: teve duração de quatro semanas e a partir de então as aulas passaram a contar com a presença e participação dos tutores que faziam parte do programa de pós-graduação em História da Unicamp e serviam como orientadores e mediadores das discussões. O tema do referido módulo era “Para além da Lei 10639/03: a historiografia da escravidão e da África no Brasil”. Composto por sete atividades o módulo contou com uma variedade de recursos para subsidiar as discussões, como vídeo aulas abordando a produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil, assim como vídeo de palestra com o historiador Alberto da Costa e Silva, autoridade no assunto, falando da importância da África para o Brasil, e também a disponibilização dos textos integrais da LDB 9.394/96 e das Leis 10.639/03 e 11.645/08 bem como alguns artigos científicos abordando a temática;

- c) Módulo 3: teve como tema “Fontes e Metodologias em sala de aula”, também teve duração de quatro semanas e era composto de seis atividades. Assim como o anterior este módulo também contou com grande variedade de documentos para nortear as discussões. Tratando de temáticas como o racismo apresentava artigos sobre o apartheid, a questão da política e cotas raciais entre outros. Em algumas atividades o recurso principal foi a utilização de um conjunto de mapas sobre o continente africano retratando aspectos como a divisão política, territorial, linguística e étnica. Para encerrar o curso as últimas atividades usavam como recurso metodológico a música e o cinema apresentando uma seleção de vídeos, canções e danças desde os mais tradicionais ritmos até os mais contemporâneos, bem como fazendo um panorama da produção cinematográfica de alguns países do continente.

Todos os módulos possuíam algumas questões que deveriam ser respondidas pelos professores que participavam do curso, estas deveriam ser respondidas a partir das discussões e problemáticas trazidas pelos materiais disponibilizados no módulo. E como trabalho final os professores deveriam apresentar um plano de aula sobre História da África. Dessa forma finalizava-se o curso ofertado aos professores participantes da ONHB. A proposta do curso foi a construção de um novo olhar sobre a História da África, temática durante tanto negligenciada em nossos currículos, bem como subsidiar os professores com meios diversos para trabalharem o conteúdo em sala de aula de forma diferenciada do tradicional viés eurocêntrico. Para Souza (2012), as informações sobre a História da África que os professores trazem na maioria das vezes carecem de consistência, a produção de conhecimento vem aumentando, mas é um processo em curso o que resulta ainda no pouco conhecimento por parte dos professores acerca da História africana.

As imagens que se tem da África, suas populações e civilizações, bem como sobre a história e cultura afro-brasileiras no coti-

diano escolar são negativas e preconceituosas, esses estigmas muitas vezes ainda persistem quando a África é discutida em sala de aula, imagem também associada aos descendentes de africanos do Brasil. Daí a necessidade de se construir um novo olhar sobre essa temática e isso tem estreita relação com a formação de docentes.

À guiza de conclusão: a ONHB como incentivadora à formação do professor de História

Como discutido nos dois momentos desta escritura, a formação docente pode ser influenciada, em teoria, por dois caminhos diferentes ao longo da trajetória escolhida pelo professor de História que desejou participar da ONHB. No primeiro momento, o exercício da participação docente como orientador de uma equipe (ou de várias) e a forma de interação entre professor e competição (que se dá no plano das escolhas pedagógicas individuais e/ou de pressões externas à sua prática docente) são diretrizes que norteiam as possibilidades de formação docente. Tardif (2002) nos ensina que os saberes docentes são compostos também pelas experiências práticas que temos durante nosso exercício profissional, e que quando estes interagem com intencionalidades acadêmicas, podemos falar de formação continuada (e que se dá durante toda a vida profissional do professor). Neste sentido, a ONHB na condição de competição e projeto de extensão da UNICAMP interfere na formação continuada do professor de História, tanto por ser um repositório virtual de conteúdos e fontes históricas, como pela intencionalidade explícita pela organização do evento, conforme dito por Meneguello (2011, p.11), percebendo as reações dos discursos de participantes de 2009 e 2010:

O professor de história participante é membro da equipe, atuando como seu tutor. Sua atividade diária fica realçada a partir de uma atividade do tipo Olimpíada, que proporciona outros horários de trabalho e estudo com os estudantes. Du-

rante a fase presencial, as equipes relataram a comunicação e entrosamento dos alunos com o professor, num relacionamento aprofundado e expandido devido à proposta da Olimpíada. Muitos não se limitavam apenas às aulas já agendadas na escola e iam além, fazendo reuniões, lendo textos e documentos extras, realizando discussões e pesquisas em grupo, sempre com o auxílio do professor orientador.

Pelo que está acima posto, fica evidente que a ONHB desejou ampliar este vínculo com o docente explicitando sua intencionalidade formadora com a iniciativa pioneira de um Curso de Formação em Ensino de História da África, compreendendo nisto um caminho para melhoria da qualidade do ensino, mesmo que sem se desvincular totalmente do que Rezende; Ostermann (2012) acusam as competições escolares de “disputas não-formativas”. Concordamos com as autoras supracitadas de que as competições escolares tendem mais a deformar seus propósitos pedagógicos do que formar, mas quando o procedimento metodológico visa inibir o individualismo, incentiva a interação professor-estudantes, dialoga com os conhecimentos escolares em uma prática de aproximação com os saberes universitários em uma perspectiva de prática de pesquisa e construção do conhecimento, o paradigma da competição pode ser rompido, pelo menos em teoria. Entendemos que esta escrita impulsiona um esforço de investigação compreensiva, nos dizeres de Weber (1992). Explicitamos aqui apenas uma parte da pesquisa, de cunho documental, mas que está em andamento uma pesquisa de cunho empírico, com entrevistas com os professores-cursistas do Curso de Formação Continuada de 2013, com o intuito de compreender na visão destes docentes a repercussão formativa da ONHB e do curso.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. 2Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LIMA, Monica. História da África: temas e questões para a sala de aula. **Cadernos PENESB**. Rio de Janeiro / Niterói, v. 1, p. 71-10, 2006.

MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano; SILVA NETA, Maria de Lourdes da e CECATTO, Adriano. **Ensinar e aprender: avaliação no ensino de História**. XX EPENN. Manaus, AM. 2011.

MENEGUELLO, Cristina; **Olimpíada Nacional em História do Brasil – uma aventura intelectual?**, 2011. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=11915.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)**. Acessado em: 20 jul. 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742009000200007&lng=pt&nrm=iso.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

REZENDE, Flávia; OSTERMANN; Fernanda. Olimpíadas de ciências: Uma prática em questão. **Ciência & Educação**, v. 18, n. 1, p. 245-256, 2012.

SCHMIDT, Maria A; BARCA, I; M, E. Resende (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África. **Revista História Hoje**, v. 1, p. 17-28, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WANDDERBURN, Carlos M. Novas bases para o ensino de história da África no Brasil. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos**

pela lei federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília. 2005.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências**, vol. 2, São Paulo, 1992.